

A FEMINILIZAÇÃO DA FILANTROPIA

Ana Paula Vosne Martins

Universidade Federal do Paraná

E-mail: ana_martins@uol.com.br

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar o processo histórico no qual as práticas de caridade e de filantropia passaram a ser definidoras da feminilidade nos séculos XIX e XX. Partimos de uma discussão sobre a questão social conforme ela se caracterizou no contexto do sistema de fábrica na Europa, sublinhando a política dos sentimentos no gerenciamento social, para então analisar a participação das mulheres das elites naquele contexto por meio das associações de caridade e do trabalho filantrópico. O artigo problematiza os efeitos políticos e culturais do gênero na questão social, bem como seus múltiplos significados para as mulheres, abrangendo o conformismo e a manutenção do status social até possibilidades de autoconsciência e agência social.

Palavras-Chave: Gênero; Mulheres; Filantropia; Agência.

Abstract: The aim of this paper is to discuss how charity and philanthropy became part of women agency in the 19th and 20th centuries. Two interrelated topics will be in focus: first I shall discuss how social issues were part of European industrial system and how sensibilities were managed in this context. Then I shall focus on how upperclass women agency were developed linked to charity and philanthropy. Finally, the paper will discuss the political and cultural effects on class and gender and also their different meanings to women, regarding the privileges and status quo or even mindfulness and the possibility of political agency.

Keywords: Gender; Women; Philanthropy; Agency.

Não se pode afirmar categoricamente que a filantropia tenha um gênero, afinal, as práticas da caridade e da filantropia, desde tempos mais recuados, não foi algo restrito somente às mulheres, tendo os homens também participado ativamente de ações benemerentes. São bastante conhecidos os nomes de filantropos ricos que, tanto na tradição protestante, quanto na católica, reservaram partes vultosas de suas riquezas para ações de caridade ou então para o financiamento e a manutenção de instituições de ensino, culturais e artísticas. Historiadoras/res da filantropia têm demonstrado como a benemerência fez parte da construção do ethos das elites nos países ocidentais, sustentado nos valores cristãos pelo que Weber chamou de “autoaperfeiçoamento pela metodologia da salvação”, ou então no humanismo e no cultivo das virtudes morais de indivíduos respeitáveis, capazes de se colocar no lugar dos outros e de proteger instituições mantenedoras da civilização, como palácios, museus e universidades. (WEBER, 2006:203; ELLIOT, 2002; SAWAYA, 2008).

Entretanto, a partir de meados do século XIX, um fenômeno novo começou a tomar corpo e chamar a atenção de literatos, clérigos e também de escritoras. Trata-se da crescente participação das mulheres de classes médias e da aristocracia em ações caritativo-filantrópicas em diferentes países ocidentais. Estudos produzidos nas décadas de 1980 e 1990 mostraram que esse foi um movimento que atraiu um número bastante elevado de mulheres que então atenderam o apelo em favor dos necessitados de toda ordem, mas igualmente pela intervenção pública em assuntos como a educação, a reforma sanitária, o patrocínio das artes, da música, a defesa dos animais, a criação de parques nas cidades. Elas também se envolveram nas campanhas humanitárias e reformadoras bastante conhecidas no século XIX, como o abolicionismo, o combate ao alcoolismo, a luta contra o tráfico de mulheres e a prostituição; campanhas por uma legislação protetora de crianças e mulheres trabalhadoras, entre tantas outras causas, inclusive o sufrágio, pois o movimento da benemerência feminina cruzou várias vezes suas linhas de ação com o nascente feminismo oitocentista até meados do século XX. (PROCHASKA, 1980; MCCARTHY, 1990).

Analisar este processo de feminilização da caridade e da filantropia é o objetivo deste artigo, relacionado às mudanças históricas do sentimento de bondade e de como passou a ser associado preferencialmente às mulheres e à noção moderna de feminilidade, por sua vez dependente de visões naturalistas e sentimentais. Partindo de uma política dos sentimentos esboçada para o enfrentamento da questão social no século XIX e começos do século XX, direcionamos a análise para o que denominamos dimensões de gênero da política dos sentimentos.

Bondade, a construção de uma virtude feminina

A chamada “questão social”, conforme percebida desde o século XVIII na Inglaterra e ao longo de todo o século XIX, também em outros países europeus, suscitou um conjunto bastante heterogêneo de posicionamentos e de proposições para seu enfrentamento. A reorganização social decorrente de novas formas capitalistas de produção aceleradamente levadas a cabo pelo sistema de fábrica e a crescente urbanização e diversificação de serviços colocavam em evidência problemas que, se já existiam antes, como a pobreza extrema e as péssimas condições de vida de uma população expropriada, naquele contexto tomavam outras e maiores proporções. A visão da miséria não era algo estranho à paisagem social de lugares tão diferentes como Londres, Viena ou Nova York. Afinal, os pobres e seus sofrimentos pareciam fazer parte da ordem natural das coisas, talvez até mesmo existissem para que os ricos pudessem se salvar por meio da piedade, crença antiga no sistema moral cristão. (GEREMEK, 1995)

No cenário das profundas transformações econômicas do capitalismo industrial, especialmente no contexto da primeira metade do século XIX, com os debates parlamentares na Europa sobre a necessidade de formas de controle ou de reformas sobre o trabalho, os salários e a proteção social, as contradições de um sistema que gerava tanta riqueza e tanta pobreza passaram a ser incontornáveis para a crítica e o pensamento reflexivo, bem como estiveram no centro das discussões iniciais sobre o gerenciamento político da economia e da sociedade. Os problemas eram tantos e graves na mesma proporção que as “soluções”, oriundas dos mais diferentes matizes ideológicos. Se a visão da pobreza não era algo novo e nem um problema moral insuportável, o que causava as mais diversas reações era a extensão dos problemas sociais. Homens e mulheres das classes privilegiadas não estavam a ver mendigos velhos e doentes a quem a caridade poderia estender sua mão caso fossem merecedores da piedade cristã, mas sim trabalhadores, pessoas que, supostamente, deveriam viver com dignidade e conseguir se manter com o seu trabalho. No entanto, os trabalhadores estavam escorregando para a miséria, vivendo em moradias insalubres e sempre à beira do limite da sobrevivência. Se não os viam, liam a seu respeito, pois desde o século XVIII se observa, primeiramente na Inglaterra e na França, a emergência de uma escrita social produzida por funcionários públicos, médicos humanistas, moralistas cristãos e literatos. A descrição das condições de vida das famílias dos trabalhadores variava conforme os valores e a capacidade narrativa de seus enunciadoreis, mas se pode arriscar certa linha comum entre eles, que é o realismo, apesar das fortes tintas da este-reotipia social do mundo dos pobres. De qualquer forma, pessoas das classes

privilegiadas, especialmente das nascentes classes médias urbanas, passaram a ler nos jornais e nos romances descrições cada vez mais realistas das vidas dos pobres e de seu padecimento num mundo cada vez mais brutal e insensível. Certamente, não podemos generalizar que o acesso a esta escrita social pudesse despertar nos leitores e nas leitoras sentimentos compassivos pelos pobres, mas há indícios de que muitos reformadores e reformadoras sociais do século XIX foram motivados pela leitura de relatos, de romances e também pelas prédicas de religiosos e moralistas, que, em sua “militância” humanista, suscitavam a crítica social e a ação em favor dos necessitados.

A historiadora Gertrude Himmelfarb (1988) desenvolveu uma extensa e aprofundada análise sobre os debates e os argumentos em torno da pobreza e da questão social desde seus inícios setecentistas até a produção literária do século XIX. Suas fontes são os filósofos, os moralistas e os críticos sociais que escreveram na Inglaterra, mas ela não contemplou a literatura de inspiração religiosa e moral produzida pelas mulheres. Não vamos nos deter sobre esta variada produção escrita de mulheres católicas e protestantes, no entanto, faz-se necessário uma breve parada sobre suas origens e motivações, afinal, a historiografia feminista e da história das mulheres não deu muita atenção para as relações entre a religião, o discurso moral e as fundações do pensamento e da agência feminina e nem seu papel na formulação da crítica social. (KNOTT & TAYLOR, 2007).

Mulheres de classes médias e da aristocracia em países europeus desde o século XVIII encontraram na crítica iluminista os fundamentos para a defesa de suas capacidades morais e intelectuais e na religião cristã, católica ou protestante, a inspiração tanto para um fortalecimento individual baseado na fé, quanto para a ação pública, ancorada na caridade. Além desta articulação entre razão e fé, propiciada pela busca de reconhecimento e afirmação pessoal e social das mulheres ilustradas, muitas delas foram atraídas pelo discurso sentimental, cuja seiva nutria romances e escritos de natureza pedagógica e moral, profundamente críticos ao frio racionalismo e ao materialismo de certas correntes do iluminismo europeu. O valor das emoções e dos sentimentos compassivos vinha sendo recorrentemente sublinhado nos romances de autoria feminina desde o século XVII, passando pelos romances filosóficos do século XVIII, entre eles os mais conhecidos são os de Bernardin Saint-Pierre e Jean-Jacques Rousseau. A razão era uma das potências humanas mais valorizadas no século das Luzes, mas não reinou sozinha no terreno das ideias e dos escritos literários. Os sentimentos compassivos, como a amizade, a bondade e a solidariedade passaram a dividir a cena imaginária e moral junto com a razão.

Em decorrência desta paisagem emocional que começa a se descortinar no século XVIII, algumas mulheres de classes médias usaram a seu favor qualidades que até então eram menos valorizadas pelo discurso racionalista, como a bondade. Tanto do ponto de vista da filosofia moral, quanto dos valores cristãos, a bondade era considerada uma virtude. Demonstrar por gestos e palavras a excelência moral pela bondade passou a ser cada vez mais valorizado, especialmente pelas escritoras que viam nesta qualidade uma forma de empoderamento das mulheres que não colocava em risco sua respeitabilidade nem ameaçava a existência das fronteiras entre os sexos. Crescia a convicção de que as mulheres não só eram diferentes por características supostamente naturais, mas também por qualidades morais superiores que poderiam justificar e legitimar a participação das mulheres no mundo público por meio da educação, da literatura e da ação social, esta ainda fortemente associada à manifestação prática da caridade. (VICKERY, 2003; KNOTT & TAYLOR, 2007).

No alvorecer do século XIX, as mulheres das classes mais privilegiadas tinham argumentos não só de ordem moral, mas também religiosos para se envolver com a questão social e seus tremendos problemas. A ideologia de gênero formulada naquele contexto de aburguesamento da sociedade e da cultura não pode, portanto, ser vista somente pelo prisma do enclausuramento das mulheres em seus lares e no exercício da maternidade, embora ele tenha sido um fato e uma realidade opressiva para a maioria das mulheres. Ao reforçar que a natureza feminina controlada pelos freios da religião, da moral e da família patriarcal poderia produzir os doces frutos da bondade e da caridade, a ideologia de gênero produzida e reproduzida pela educação, a moral, a religião, a filosofia e a nascente ciência sexual possibilitou a criação de uma margem de autoconsciência, de reflexão e de ação para muitas mulheres. Além da castidade e da caridade, a bondade, essa capacidade de fazer o bem aos outros, virtude sem gênero até então, passou a ser cada vez mais associada à definição da feminilidade, bem como a projetar uma imagem muito positiva e socialmente valorizada das mulheres. (MARTINS, 2013; BLOCH, 1987)

Filantropia: um trabalho dos corações femininos

A intensa sentimentalização das ações voltadas para a questão social que se observa ao longo do século XIX afetava homens e mulheres, no entanto, o apelo emocional foi indubitavelmente maior para que as mulheres se engajassem no trabalho do coração, expressão que tomamos emprestada da notável filantropa vitoriana, a Condessa Angela Burdett-Coutts. Ao se referir à ação filantrópica das mulheres, ela diz que se trata de um trabalho feito com o co-

ração e com a mente, sempre a perseguir seus objetivos com coragem e tato. (BURDETT-COUTTS, 1893). Nas sociedades e nas sensibilidades burguesas que se constituíram em torno da forte separação ideológica entre o mundo do lar e dos sentimentos e o mundo público e da racionalidade pragmática, as mulheres não só eram consideradas naturalmente mais talhadas para fazer o bem e prestar cuidados aos necessitados, como também tinham mais tempo livre para organizar associações benemerentes, angariar recursos para as boas obras, incentivar outras mulheres para fazer o trabalho voluntário, atender e assistir os necessitados, afinal, mulheres como a Condessa Burdett-Coutts não faziam parte do mundo do trabalho nem dos assuntos públicos de maior envergadura, como os negócios, as finanças e a política formal.

Há vários relatos oitocentistas de mulheres envolvidas com o trabalho filantrópico, insistindo para uma boa aplicação das energias, do tempo e dos talentos femininos, como a famosa Florence Nightingale (1820-1910) ou a rica filantropa americana Margaret Olivia Sage (1828-1918), viúva do financista Russel Sage. Num artigo publicado em 1905, ela se refere ao imenso desperdício de talento e energia devido ao fato de que muitas mulheres das classes privilegiadas não sabiam como bem empregar seu tempo. Sua preocupação não era somente com a aplicação desses talentos em favor dos necessitados, mas sublinhar o papel civilizador que, por meio da filantropia, as mulheres poderiam exercer, ampliando sua “utilidade social”: Não há dúvida de que o mais elevado dever da mulher é seu lar, que sua influência neste espaço para o bem da humanidade é poderosa. Mas as mulheres inteligentes solteiras ou aquelas cujos filhos já cresceram podem encontrar uma finalidade beneficente para seus talentos e capacidades. (RUSSEL, 1905) Para mulheres como Olivia Russel Sage, a filantropia não era vista somente pelo prisma da bondade e dos cuidados a serem dispensados aos necessitados, mas como força mobilizadora das mulheres de bem em prol de objetivos mais amplos e ambiciosos, como o ordenamento social, o progresso e o aperfeiçoamento dos costumes. Ou seja, Olivia e tantas outras reformadoras sociais do século XIX até poderiam concordar que as mulheres eram mais sensíveis aos sofrimentos alheios, mas já se configurava em seus discursos uma nova concepção da filantropia, conectada ao nacionalismo e também a uma visão cultural da superioridade dos valores morais e cristãos do Ocidente, sintetizada pela palavra civilização.

No entanto, foi o apelo sentimental e moral que mobilizou mulheres ricas e das classes médias a se envolver com a filantropia. Passaremos a utilizar a palavra filantropia doravante. No século XIX filantropia e caridade eram termos intercambiáveis em seus significados, embora as mulheres motivadas pela religião, especialmente a religião católica, utilizassem a palavra caridade

para definir suas intenções e ações, bem como para nominar suas associações, como é o caso da importante associação das Damas de Caridade. De qualquer forma, observa-se a utilização mais frequente da palavra filantropia, tanto para expressar uma tendência humanitária, quanto para se referir às formas racionalizadas para enfrentar a questão social.

Historiadoras e historiadores que estudaram a filantropia são unânimes em afirmar que houve um notável crescimento da atividade filantrópica no século XIX, movimentando somas consideráveis de dinheiro aplicadas nas mais diferentes obras de benemerência, acompanhado do incremento notável da participação feminina. Se tomarmos como parâmetro Londres, uma das maiores cidades do século XIX, por volta do final do século havia mais de mil instituições em funcionamento, boa parte delas organizadas e administradas pelas mulheres. (PROCHASKA, 1980; ELLIOT, 2002; MOTHERSOLE, 1989).

Entretanto, esse não foi um fenômeno exclusivo da Inglaterra nem dos países europeus. O crescente envolvimento das mulheres com a filantropia ocorreu em outros países, alguns de maneira mais ostensiva, como nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, outros de maneira mais difusa, mas nem por isso menos importante no enfrentamento da questão social, como foi o caso do Chile e da Argentina. (ZÁRATE, 2007; NARI, 2004) Não há muitos estudos para a América Latina que permitam realizar uma comparação relativa à participação feminina na filantropia, contudo, indícios presentes em fontes primárias, como a imprensa, a escrita epistolar de autoria feminina, os documentos de associações caritativo-filantrópicas, entre outros, apontam para um fenômeno das elites mais ou menos generalizado a partir do século XIX: o envolvimento das mulheres com a filantropia organizada em associações ou por meio de campanhas de caráter público, marcando a diferença com o velho sistema da caridade praticada no interior das famílias ou pela esmola individualizada e anônima. Um dos aspectos a se destacar desse fenômeno foi a crescente visibilidade das mulheres nos espaços públicos, mesmo que mediada por religiosos ou homens respeitáveis, como médicos, advogados e escritores, e sempre envolta pelos véus do silêncio, da discrição e até mesmo do anonimato. Consideramos que, talvez, a real preocupação com a forma adequada de uma presença pública de mulheres das elites tenha operado em dupla face, ou seja, pelo reconhecimento e deferência, mas também pelo esquecimento, tendo em vista a despreocupação em deixar rastros de sua bondade que não fossem somente o resultado do trabalho filantrópico.

○ que teria levado as mulheres das classes privilegiadas desde a Rússia imperial às repúblicas americanas a se envolverem com a filantropia, a ponto de esta ser definida como uma atividade ou um trabalho feminino? A resposta

para esta pergunta não é fácil nem simples, afinal, houve motivações de várias ordens, no entanto vamos destacar primeiramente a dimensão ideológica de gênero por ser mais difundida por diferentes discursos, como o religioso, o pedagógico e o literário. Consideramos que a formação das mulheres das classes privilegiadas, fossem elas da aristocracia, fossem das classes médias, seguia um padrão de modelação de classe e de gênero que foi difundido e inculcado discursivamente, produzindo subjetividades femininas – e, por oposição, masculinas também – definidas por certos atributos corporais (contenção, autocontrole, beleza) e morais, expressão, por sua vez, dos códigos de respeitabilidade burgueses tão importantes no processo civilizador conforme se reconfigurou a partir dos séculos XVIII e XIX, não somente para a delimitação do status e do poder de classe, mas para a distinção social e racial. (VICKERY, 2003; MCCLINTOCK, 2010) Classe, gênero e raça são, portanto, marcadores sociais e políticos indissociáveis nos discursos ideológicos do século XIX e operaram articuladamente na educação e formação das mulheres das elites.

Boa parte destes discursos sublinhava a diferença sexual como um importante delimitador não só natural entre homens e mulheres, mas igualmente moral. Homens e mulheres eram em tudo diferentes, lição aprendida pelos leitores de romances e dos textos de divulgação das teorias médico-científicas em voga no século XIX que afirmavam como sendo verdade indiscutível que a natureza havia estabelecido diferenças irreduzíveis nos corpos e, consequentemente, nas mentes de homens e mulheres. A normalidade natural, moral e social só poderia ser alcançada com a adequação de cada um ao seu lugar, atendendo suas disposições naturais, sendo tal discurso extensivo às diferenças raciais. Os argumentos destes discursos de gênero foram usados para legitimar as hierarquias sexuais, justificando a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania nas sociedades modernas, da mesma forma que consolidaram o espaço doméstico e privado como lugar físico e moral das mulheres (LAQUEUR, 2001; JORDANOVA, 1989).

Os discursos produzidos ao longo do século XIX insistiam na adequação das mulheres à reclusão da vida doméstica, não como o lugar do tédio, das limitações intelectuais e da passividade, mas como um lugar moral e de poder. Desde a época da publicação dos escritos de Rousseau e de algumas escritoras do século XVIII, se esboçava a idealização de um poder feminino, exercido com delicadeza, polidez, elegância, bondade e persuasão pelo amor, como se fossem rainhas a reinar sobre seus súditos familiares, especialmente os maridos, mas também sobre aqueles que permaneciam na esfera de sua benfeitoria influência, como os serviçais e os “seus” pobres, pessoas atendidas pela dama de caridade, esta figura feminina de tão longeva existência, mas que no século

XIX cresce em importância e visibilidade social, expandindo seu poder para além das fronteiras de “seu jardim”¹. Desta forma, acenava-se às mulheres com o poder do amor sobre os homens e quiçá sobre a sociedade, ao mesmo tempo em que a elas era negada a cidadania.

No entanto, a exclusão das mulheres da esfera pública foi contornada pelo deslizamento do privado para o público, então identificado com o social, construindo aquelas margens de autoconsciência e agência às quais já nos referimos neste artigo. Foi por meio da questão social que as mulheres das classes privilegiadas participaram da esfera pública e, para muitas delas, o discurso do poder feminino parecia ser atraente, afinal, nem todas as mulheres “reinavam” soberanas em seus lares, felizes e dedicadas aos cuidados domésticos. Sair de seus lares, mesmo que fosse por algumas horas na semana para se dedicar às causas benemerentes, encontrar outras mulheres, dar parte de seu tempo para organizar e dispensar a assistência aos necessitados foi um movimento que envolveu muitas mulheres no Ocidente, movimento este que ainda carece de análises mais pormenorizadas que não se limitem à crítica elaborada ainda no século XIX às mulheres ricas, burguesas e ociosas, crítica presente até hoje. Paira sobre a historiografia feminista e da história das mulheres uma zona de sombra que encobre a ação e as motivações das mulheres envolvidas com a caridade e a filantropia, mulheres estas das quais não falamos, reforçando, portanto, o esquecimento ao qual a maioria delas foi exilada.

Devido à extensão desse deslizamento do privado para o público e de seus múltiplos significados e desdobramentos, é preciso tratar o envolvimento das mulheres com a filantropia não como um fenômeno homogêneo das classes privilegiadas ou de mulheres ociosas que não tinham o que fazer, mas observar atentamente sua singularidade e suas variações, afinal foi um ponto de partida para o exercício de dominação de classe, mas também para outras experiências sociais e políticas das mulheres, entre elas o envolvimento com o abolicionismo, a luta pelos direitos civis e políticos das mulheres e com uma grande diversidade de causas sociais e culturais.

As mulheres atenderam o chamado de clérigos, médicos e de outras mulheres para desempenhar um papel civilizador por meio da filantropia, tema este pouco explorado do ponto de vista de uma análise sociogênica, afinal, boa parte dos estudos sobre a filantropia foram até bem recentemente realizados nos marcos teóricos do marxismo e pelo enfoque da luta de clas-

1 Tomamos esta expressão do poeta e escritor inglês oitocentista John Ruskin (1819-1890), autor do texto “Of Queen’s Garden”, no qual constrói um ideal romântico de mulher a reinar no seu jardim, o lar, de onde exerceria seu poder amoroso e civilizador. RUSKIN, John. *Sesame and Lilies*. Lecture II – Of Queen’s Garden. The Harvard Classics, 1909-1914. vol. 28.

ses. Os discursos apelavam para seus sentimentos morais e para a caridade cristã, mas encontravam ressonância entre as mulheres porque algumas delas perceberam que este poderia ser um caminho promissor para colocarem em prática suas ideias reformistas e, como notaram algumas lideranças femininas da época, pela filantropia as mulheres poderiam ser reconhecidas por sua “utilidade” social. Se não tinham acesso à política formal e representativa, podiam participar indiretamente dos debates sobre a questão social pelo caminho respeitável da benemerência. Desta forma, o discurso reformador e a ação filantrópica não afrontavam a rigidez da ideologia da domesticidade e da separação das esferas pública e privada, preservando a ordem de gênero e a respeitabilidade das mulheres que poderiam frequentar o espaço público mais amplo e se envolver com aspectos da questão social sem ofender os padrões de moralidade e a honra familiar e também criar um espaço de poder para elas, poder este sustentado na autoridade moral das mulheres.

É preciso reconhecer o papel da religião neste processo que Michele Perrot chamou de “sair” para fora do lar em favor dos pobres, doentes e abandonados pela sorte. (PERROT, 1984) Tanto entre os protestantes quanto entre os católicos o movimento reformista do século XIX dependeu diretamente da participação das mulheres. Nos países de predominância protestante, como os Estados Unidos, o reavivamento evangélico pregava um cristianismo de cunho mais individual e emocional, e muitos fiéis, homens e mulheres, responderam a este fervor religioso empregando seu trabalho, tempo e dinheiro no movimento reformista – inclusive a luta em favor da abolição da escravidão – e nas ações filantrópicas (CLAPP, 1998).

As lideranças religiosas protestantes apoiavam as mulheres visando à conversão dos outros membros da família, em especial os maridos, num reforço moral da religião, da família e da nação americana. Esse apoio fortaleceu o papel de guia moral das mulheres, bem como da autoridade feminina para tratar de assuntos para os quais estariam mais preparadas, tendo em vista sua aptidão natural para lidar com os desafios colocados pelas necessidades crescentes de uma sociedade pautada pelo mercado. Entre 1820 e 1890 proliferaram nos Estados Unidos associações caritativo-filantrópicas organizadas por mulheres protestantes e, como demonstrou Kathryn Sklar (1995), a experiência do associativismo filantrópico levou algumas delas a ampliar seus objetivos e também a se envolver com projetos de reforma social mais ambiciosos, articulando um discurso de fundo religioso com ideais de justiça social e dignidade humana, o que acabou por aproximar, nos Estados Unidos e na Inglaterra, a filantropia do feminismo e do socialismo. (MCCRONE, s.d)

As mulheres católicas também foram instadas a participar do movimento reformista através do envolvimento com as ações caritativas com as quais a igreja tinha uma experiência bastante antiga e bem consolidada. Nos países de predominância católica, como é o caso do Brasil, as mulheres desempenharam historicamente um papel secundário no sistema caritativo, seja como filhas e esposas de ilustres provedores das Santas Casas e das irmandades religiosas, seja como doadoras anônimas de escolas nas suas paróquias, nos testamentos ou então no interior da hierarquia eclesiástica como irmãs de caridade. Foi a partir do século XIX que este papel começou a mudar e as mulheres católicas brasileiras passaram a assumir gradualmente um lugar de destaque, como protagonistas no sistema caritativo. Para tanto, desempenhou um papel importante a elaboração da doutrina social da igreja católica, efetuada pelos bispos ultramontanos europeus desde a primeira metade do século XIX.

Tanto o clero quanto os intelectuais leigos católicos, especialmente os médicos, passaram a colocar na pauta de suas reflexões e escritos a questão social, enfocada a partir das condições de trabalho de crianças e mulheres, como também a insuficiência dos salários para manter as famílias dos trabalhadores. No entanto, a questão tinha uma abrangência muito maior, pois aos grupos que tradicionalmente eram protegidos pela caridade católica, como os idosos, os órfãos e os doentes, se somaram outros, como os desempregados, as prostitutas, os jovens que chegavam desamparados às cidades e podiam ser corrompidos e as crianças cujos pais trabalhavam e ficavam sem amparo algum, perambulando pelas ruas. O velho sistema da caridade católica precisava ser reformado, começando pela ampliação das instituições, dos recursos e, principalmente, da boa vontade dos fiéis em colaborar com um projeto de intervenção social (VAN GESTEL, 1956).

Da mesma forma que as mulheres protestantes, as católicas também atenderam o chamado clerical ou dos médicos para se envolver com o trabalho benemerente, atuando nas instituições mais tradicionais já existentes ou criando elas próprias associações de caridade. Recorrendo a Michelle Perrot pode-se dizer que também para as católicas

[...] a filantropia constituiu uma experiência não negligenciável, que modificou a sua percepção do mundo, a ideia que tinham de si mesmas e, até certo ponto, a sua inserção pública. [...] Às senhoras caridosas, mais ou menos empurradas pelos seus confessores ou pelos seus maridos, a quem desse modo ilustram o nome, sucedem mulheres mais independentes, frequentemente celibatárias, ou viúvas, indignadas com a miséria física e moral e animadas por um espírito missionário. (1984:504/505)

Apesar da sua importância, o apelo e zelo religiosos não são suficientes para se entender a feminilização da filantropia ocorrida entre o século XIX e

o XX. A ideologia da domesticidade e a valorização moral das mulheres através dos cuidados e da maternidade constituem o pano de fundo para a sua visibilidade pública e a justificativa para o que John Ruskin definiu como o poder soberano das mulheres. Num contexto de agudização dos problemas e das tensões sociais e da busca por soluções que desarmassem os movimentos populares e a organização socialista dos trabalhadores, a filantropia desempenhou um importante papel político para o qual as mulheres estiveram na linha de frente (DONZELOT, 1986).

Se o lugar das mulheres era o lar, religiosos, médicos e escritores perceberam que suas características naturais e morais poderiam ser bem utilizadas para fora dos seus domínios. É interessante observar que o mesmo discurso que estabelece a existência separada do privado e do público a partir da linha demarcatória de gênero encontra na diferença feminina a justificativa para o que podemos chamar de difusão das capacidades naturais das mulheres para uma esfera intermediária entre a esfera privada e o Estado: trata-se da nova paisagem que se descortina, no século XIX, o social e as instituições filantrópicas.

O discurso que coloca as mulheres sob uma luz muito positiva reconhece na maternidade uma experiência de gênero única que, quando bem orientada pela natureza, pela moral e pela educação adquire um potencial de transformação cujas benéficas emanações não ficam restritas aos cuidados maternos com as crianças. Desde meados do século XVIII e especialmente ao longo do século XIX se desenvolveu uma concepção espiritual e emocional da maternidade presente nos mais diferentes discursos. Maternidade e feminilidade passaram a ser sinônimos e as atividades ligadas a esta experiência, como os cuidados físicos, morais e afetivos foram ressignificadas no interior do discurso social emergente. Se os cuidados maternos tinham uma reconhecida qualidade formadora de bons cidadãos, poderiam também ser empregados fora do lar. Este reconhecimento acionou uma dupla operação ideológica que, por um lado, reforçava as hierarquias de gênero, mas, por outro, acenava com a possibilidade de as mulheres saírem dos seus estreitos limites domésticos e das sociabilidades de classe para se aventurar pelos caminhos mais tortuosos do que podemos chamar de maternidade social.

Nesse processo de feminilização da filantropia através do recurso a um discurso moralizador e normativo da maternidade, os caminhos abertos e seguidos pelas mulheres foram diferentes. Muitas se conformaram ao papel da soberana que tudo provê e cuida, conforme sonhado por homens como Ruskin, desempenhando o papel de gênero e de classe que delas era esperado no controle das classes populares (LANGLAND, 1992). Outras foram além, como Olivia Sage e as brasileiras Pérola Byington, Eugenia Hamann, Stella de Faro,

Stella Guerra Duval e Alice Tibiriçá, que ampliaram significativamente sua ação benemerente para muitos projetos, apoiando também a causa da emancipação das mulheres por meio da educação e pelo sufrágio. Outras foram mais longe ainda. Mesmo partindo do modelo difusor da maternidade, permaneceram solteiras e se engajaram no movimento da reforma social, lançando as bases da profissionalização da assistência social, bem como estiveram na origem da organização das políticas públicas e da definição de um Estado regulador.

Apesar dos caminhos diferentes, as mulheres que se envolveram com a filantropia passaram por esta experiência de ir além de seus jardins. Mobilizadas pela religião ou pelo discurso laico reformista, entenderam que seu lugar no mundo poderia ser ampliado. Para muitas delas, não se tratava tão somente de conquistar mais status de classe, mas outros espaços e almejar outras paragens para além do lar, como escolas, hospitais, escritórios, instituições sociais e, por fim, a estrutura de serviços públicos mantida pelo Estado.

Para muitas mulheres que atenderam o chamado para trabalhar em prol dos necessitados – mesmo que mais restrito à noção moral e normativa da difusão da maternidade –, sair de seus lares e iniciar um trabalho benemerente as levou para outras experiências com as quais não tinham familiaridade. Criar uma associação, organizar atividades, angariar recursos, mobilizar novas associadas, enfim, as muitas atividades que envolviam este tipo de trabalho voluntário estão na origem de uma nova experiência nesse espaço intermediário entre o público e o privado e, posteriormente, na organização das profissões da assistência social, como a enfermagem e o serviço social.

Referências

BLOCH, Ruth. The gendered meanings of virtue in Revolutionary America.

Signs. vol. 13, nº1, Autumn, 1987. 37-58

BOURDETT-COUTTS, Angel. **Woman's Mission. A series of Congress Papers on the Philanthropic Work of Women by eminent writers.** New York: Charles Scribners Sons/London: Sampson Low, Marston & Company, 1893. Disponível em: www.archives.org/details/womansmissionser-00burdiala. Acesso em: 02 mai. 2013.

CLAPP, Elizabeth J. **Mothers of all children: women reformers and the rise of juvenile courts in Progressive Era America.** Pennsylvania State University Press, 1998.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- ELLIOT, Dorice Williams. **The Angel out of the house. Philanthropy and gender in Nineteenth Century England.** Charlottesville/London: University Press of Virginia, 2002
- GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa.** Lisboa: Terramar, 1995.
- HIMMELFARB, Gertrude. **La idea de pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial.** Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1988.
- JORDANOVA, Ludmila. **Sexual visions. Images of gender in Science and Medicine between the Eighteenth and Twentieth Centuries.** London: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- KNOT, Sarah & TAYLOR, Barbara. (orgs.) **Women, gender and enlightenment.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LANGLAND, Elizabeth. Nobody's Angels: domestic ideology and the middle-class women in the Victorian novel. **PMLA**, Vol.17, N. 2, March 1992, 290-304. Disponível em: www.jstor.org/stable/462641. Acesso em: 24 nov. 2011
- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud.** São Paulo: Relume-Dumarã, 2001.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **Revista história: questões & debates**, nº 59, jul./dez. 2013, 143-170.
- MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2010.
- MCCRONE, Kathleen E. **Feminism and Philanthropy in Victorian England: the case of Louisa Twining.** Disponível em: <http://id.erudit.org/ierudit/030807ar>. Acesso em: 20 mar. 2012
- MOTHERSOLE, Brenda. **Female philanthropy and women novelists of 1840-1870.** Thesis of Doctor of Philosophy. Faculty of Education and Design: Brunel University, 1989.
- NARI, Marcela. **Políticas de maternidad y maternalismo político. Buenos Aires, 1890-1940.** Buenos Aires, Editorial Biblos: 2004.
- PERROT, Michelle. "Sair". In FRAISSE, Geneviève & PERROT, Michelle. (orgs.) **História das Mulheres. O século XIX.** Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/Ebradil, 1994.
- PROCHASKA, Frank K. **Women and philanthropy.** Oxford: Oxford University Press, 1980.

SAGE, Mrs. Russell. Opportunities and responsibilities of leisured wome

The North American Review vol. 181, nº 588, Nov. 1905, p.715. Disponível em: www.jstor.org/stable/25105484. Acesso em: 14 jun. 2013

SAWAYA, Francesca. Capitalism and philanthropy in the (new) Gilded Age. **American quarterly**, vol. 60, nº1, March 2008. 201-213

SKLAR, Kathryn Kish. **Florence Kelley and the nation's work: the rise of women's political culture, 1830-1900**. Yale University Press, 1995.

VAN GESTEL, C. **A Igreja e a questão social**. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

VICKERY, Amanda. **The gentleman's daughter; women's lives in Georgian England**. London: Yale University Press, 2003.

WEBER, Max. **Sociologia das religiões**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2006.

ZÁRATE, Maria Soledad. **Dar a luz en Chile, siglo XIX. De la "ciência de hembra" a la ciência obstétrica**. Santiago: Ediciones de La Dirección de Bibliotecas, Archivos y Museos, 2007

Recebido em setembro de 2015

Aceito em outubro de 2015